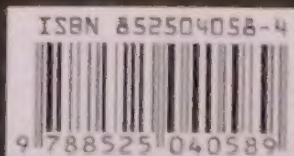
Você vai fazer uma fantástica viagem aos bastidores do poder, nas páginas de *Dossiê Brasília/Os Segredos dos Presidentes*. Que segredos os presidentes tiveram de guardar quando estavam no Palácio do Planalto mas hoje podem revelar?

JOSÉ SARNEY
"Descobrimos que havia um buraco onde se pretendia fazer uma experiência com a bomba atômica (...) Diante de nossas relações com a Argentina, eu teria de guardar essa informação profundamente."

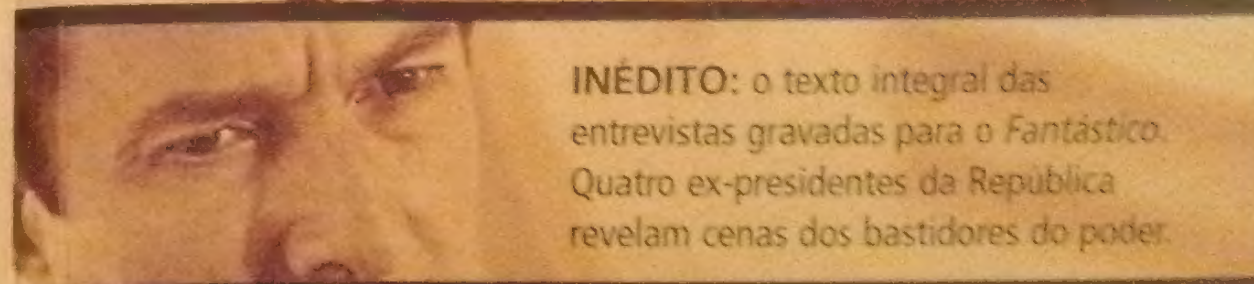
FERNANDO COLLOR
"Fiquei sozinho em minha sala, no Palácio do Planalto. Todo o gabinete ficou na penumbra. O silêncio era absoluto. Ouvi, vindo do Congresso Nacional, aquele rumor forte. Disse: 'Estou perdido'."

ITAMAR FRANCO
"Dois deputados e um senador entraram no gabinete e disseram: 'O Congresso enfrenta uma crise muito séria. Há corrupção generalizada na área da comissão de orçamento. Quem sabe, você fecharia o Congresso?'"

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
"O presidente Clinton queria que o Brasil tivesse um papel mais ativo na Colômbia. Isso significava, no fundo, presença militar."

Geneton Moraes Neto DOSSIÊ BRASÍLIA DOS PRESIDENTES

DOSSIÊ BRASÍLIA

OS SEGREDOS DOS PRESIDENTES

Geneton Moraes Neto

INÉDITO: o texto integral das entrevistas gravadas para o *Fantástico*. Quatro ex-presidentes da República revelam cenas dos bastidores do poder.

EDITORA GLOBO

FERNANDO COLLOR DE MELLO

15 de março de 1990 a 29 de dezembro de 1992

A surpresa:
o governador vira
presidente aos
40 anos de idade.
O desastre:
o barco se
chocou contra
os rochedos.

MACEIÓ – Ficcionistas do Brasil, guardem as canetas, desconectem o computador, batam em retirada, entreguem os pontos! nenhum autor de folhetim teria imaginação suficiente para engendrar um roteiro que tivesse tantas reviravoltas espetaculares quanto as que marcaram a trajetória deste homem que, agora, no começo de uma tarde nublada, acaba de chegar ao prédio das Organizações Arnon de Mello, num automóvel de vidros escuros. Quem cruzar com esse carro pelas ruas de Maceió não conseguirá, portanto, enxergar o rosto conhecidíssimo do motorista: a película escura dos vidros impede que passantes curiosos descubram que, ao volante, encontra-se um ex-presidente da República.

O homem hoje é o manda-chuva deste pequeno conglomerado de empresas de comunicação: funcionam aqui uma TV, um jornal diário e uma emissora de rádio. Já foi o manda-chuva do Brasil.

O ex-presidente cumprimenta formalmente os funcionários que aproveitavam um instante de folga para dar umas baforadas ao ar livre. Com passos firmes, dirige-se ao lance de escada que leva ao primeiro andar, rumo à sala da direção geral da empresa. Nosso personagem chegou com duas horas de atraso para a entrevista: o horário combinado tinha sido dez e meia; já é meio-dia e meia. Pede desculpas pela impontualidade.

Enquanto aguardava a chegada do homem, ouço um funcionário descrever uma cena surpreendente: certo dia, ao cruzar com a aglomeração de fumantes reunidos no pátio, o manda-chuva notou que havia pontas de cigarro no chão. Sem dizer uma só palavra, abaixou-se, apanhou as guimbas e jogou-as no lugar

apropriado: o cinzeiro. Depois, deu "bom-dia" ao grupo e seguiu em frente. A repreensão silenciosa teve efeito. Desde que a cena ocorreu, o chão do pátio ficou um brinco. Nenhum dos fumantes se arriscou outra vez a ser silenciosamente repreendido pelo patrão. Se flagrada por um fotógrafo, a imagem de um ex-presidente catando bitucas de cigarros espalhadas pelo chão bem que poderia se somar à galeria de poses inesperadas que pontuam a biografia de Fernando Collor de Mello.

Que ninguém pense que o manda-chuva desfila pelo pátio soltando fogo pelas narinas. Não é assim que a banda toca hoje. Quem vê o Fernando Collor de Mello de 56 anos de idade fica tentado a perguntar: por onde anda aquela figura de andar empertigado, olhar desafiador e peito estufado, que, na presidência, encarava os outros mortais com ar de olímpica superioridade? Se aquele era um personagem encenado por Fernando Collor de Mello quando ocupava a ribalta da presidência da República, pode-se dizer que o criador do tipo tratou de aposentá-lo. Porque não há, no homem que acaba de chegar à empresa para dar início ao expediente na diretoria geral, sinais aparentes daquele político voluntarioso, demolidor e surpreendente.

Quem apostaria um tostão furado no delírio do governador de um Estado pequeno, que, aos 40 anos de idade, resolvera se lançar candidato a presidente da República sem o apoio de nenhum grande partido? O Brasil jamais tivera um presidente tão jovem.

Quando se realizou a primeira eleição direta para presidente, depois de longuíssimo jejum de 29 anos, Collor era governador de Alagoas, Estado sem peso político nacional. Ainda assim, resolveu lançar-se candidato por uma sigla desconhecida, o Partido da Reconstrução Nacional (PRN), contra gente que há tempos estava na fila para subir a rampa do Planalto – Leonel Brizola e Ulysses Guimarães, por exemplo. Derrotou a todos nas urnas: teve 26.611.011 votos no primeiro turno, contra 11.622.673 de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), 11.168.228 de Leonel Brizola (PDT), 7.790.392 de Mário Covas (PSDB), 5.986.575 de Paulo Maluf (PDS), 3.272.462 de Guilherme Afif Domingos (PL), 3.204.932 de Ulysses Guimarães (PMDB), 769.123 de Roberto Freire (PCB), 600.838 de Aureliano Chaves (PFL) e 488.846 de Ronaldo Caiado (PSD).

A vitória foi confirmada no segundo turno, no dia 17 de dezembro de 1989: 35.089.998 brasileiros deram a Collor a presidência da República, contra os 31.076.364 que preferiram Lula. O triunfo indiscutível não prenunciava o naufrágio que o aguardava. Dois anos e meio depois de subir a rampa do Palácio do Planalto como o mais jovem presidente já eleito para o cargo, Fernando Collor fez a trilha inversa. A Câmara dos Deputados apontou-lhe o caminho da rua no dia 29 de setembro de 1992: por 441 votos a favor e 38 contra, os deputados votaram pela abertura de um processo de *impeachment* contra o presidente.

O irmão caçula de Fernando Collor, o empresário Pedro Collor, provocara um escândalo nacional ao denunciar o chamado Esquema PC: o presidente seria beneficiário do tráfico de influência comandado pelo empresário Paulo César Farias, tesoureiro da campanha que o levara ao Planalto. O afastamento definitivo viria no dia 29 de dezembro de 1992, data em que o presidente, até então licenciado, renunciou ao cargo para escapar da punição que lhe seria aplicada pelo Senado. Não escapou.

A lista de naufrágios e tragédias não terminaria aí: um câncer no cérebro, diagnosticado pouco antes, mataria Pedro Collor em dezembro de 1994. A matriarca do clã Collor, Dona Leda, morreria num hospital em São Paulo em fevereiro de 1995, depois de passar dois anos e cinco meses em estado de coma irreversível. O tesoureiro PC Farias seria assassinado em junho de 1996.

A vitória jurídica que Collor obteve em 1994, ao ser absolvido pelo Supremo Tribunal Federal, não foi suficiente para devolvê-lo à arena: o ex-presidente já estava politicamente destroçado. Virou um fantasma. Deixou de ser ouvido. Quando foi anunciado o veredito do STF – a instância máxima da Justiça brasileira –, um advogado fez a ressalva, no jornal *O Globo*: "Collor foi absolvido por falta de provas, o que não significa que seja inocente".

O político que ganhou da imprensa o apelido de "Caçador de Marajás" tentou voltar ao governo de Alagoas na eleição de 2002, mas acabou derrotado, já no primeiro turno, pelo candidato do PSB, Ronaldo Lessa, eleito com 553.035 votos (52%). Collor conquistou 419.741 votos (40% do eleitorado), um percentual que, a bem da verdade, não chega a ser desprezível. Afinal, não se deve esquecer que até um defensor de Collor dos tempos da CPI do Esquema PC o chama hoje de "O Escorraçado".

A derrota nas urnas é um indício de que, aos olhos do eleitor, Collor se transformou num homem marcado pela "Síndrome de Tio Charlie" – o protagonista do filme *A Sombra de uma Dúvida*, dirigido por Alfred Hitchcock em 1943. O gênio do suspense lançou mão de um recurso sutilíssimo para sugerir que "Tio Charlie", interpretado pelo ator Joseph Cotten, tinha um passado tenebroso: quando chega à estação, o trem que conduz o personagem projeta uma sombra sobre a família que o espera na plataforma. O trem que conduz Collor parece projetar um sombra carregada de dúvidas sobre os eleitores.

Collor se benze duas vezes ao entrar no gabinete da direção da empresa. Primeiro, toca uma imagem de Nossa Senhora de Fátima. Depois, pousa a mão sobre outra imagem emoldurada da santa, em cima do birô. Cumpre o ritual com ar contrito. Diante da mesa, cuidadosamente arrumados pela secretária, estão exemplares de jornais alagoanos. Discretamente, ele põe a *Gazeta de*

Descreve assim o que espera do futuro:
"O meu plano mais imediato resume-se a viver".

Alagoas em primeiro plano, em cima dos concorrentes *Tribuna de Alagoas* e *Primeira Edição*.

Uma lupa repousa sobre a mesa. Sete canetas de marcas nada sofisticadas, como Bic e Futura, amontoam-se ao lado de quatro controles remotos, perto do monitor do computador. As canetas Montblanc dos tempos da presidência devem estar guardadas em lugar seguro. Uma TV de 50 polegadas, um aparelho de som "três-em-um", dois sofás e duas cadeiras brancas completam a sóbria decoração do gabinete. Dois porta-retratos exibem os rostos de duas outras personalidades políticas da família: o pai, Arnon de Mello, e o avô materno, Lindolfo Collor.

Uma estante armazena CDs que, diz a secretária, o ex-presidente recebeu de presente: sucessos de Ivete Sangalo, a trilha sonora da novela *Da Cor do Pecado*, uma coletânea de Latino (cantor da duvidosíssima *Festa no Apê*) e até um improvável disco da banda Scorpions, o que, definitivamente, não combina com o ocupante da sala. A coletânea do grupo de *heavy metal* permanece intocada. A capa plástica ainda envolve o CD. Entre os livros, igualmente recebidos como brindes, estão exemplares de *Seleção Brasileira – 90 anos* e *Roberto & Lily*, relato de memórias de Lily Marinho, viúva do presidente das Organizações Globo.

Um enorme painel de Romero Britto, artista pernambucano radicado nos Estados Unidos, ornamenta uma das paredes. O visitante atento notará que, numa estante, o manda-chuva da empresa guarda a cena de um embate histórico: um quadro que retrata a revolução proletária de 1917, na Rússia. Numa das paredes, um mapa-múndi é um convite permanente para partir.

Quando ri, o dono da sala exibe dentes imaculadamente brancos. Joga o corpo para trás quando gargalha. É o que faz quando ouve o relato sobre o que a Dama de Ferro britânica, Margareth Thatcher, disse ao presidente Fernando Henrique, a respeito da

duração do mandato dos presidentes brasileiros: *"That's ridiculous!" ("É ridículo!")*.

Fora da gravação da entrevista, Collor jura que, desde que tomou posse, já havia uma articulação em marcha para tirá-lo da presidência. A articulação, diz ele, era feita por uma ala do empresariado de São Paulo. Quem lhe passou a informação foi um amigo: o ex-ministro do Tribunal de Contas e ex-deputado federal Thales Ramalho. Hoje, o ex-presidente diz que não quer saber de política partidária. Chega a vacilar ao pronunciar o nome da legenda nanica a que pertence: Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB). Com um leve ar de riso, descreve assim o que espera do futuro: "O meu plano mais imediato resume-se a viver".

Quando fala de jornalismo, faz elogios – merecidíssimos – à obra monumental que Elio Gaspari escreveu sobre o regime militar. Recorda da capa da primeira edição da revista *Realidade*, lançada em 1966 pela Editora Abril. Era Pelé. "A *Realidade*" – suspira, saudoso – "foi um momento extraordinário do jornalismo brasileiro".

O homem que hoje se dá ao trabalho de sair da sala e descer a escada para acompanhar o repórter, o cinegrafista e o assistente até o carro, no estacionamento, é personagem de uma das mais espetaculares sagas da história republicana. Há qualquer coisa de trágico na trajetória de um político que, ainda jovem, ganha de presente a presidência da República, mas joga pela janela a chance de ocupar um lugar de honra na história do Brasil. "Eu semeei ventos, colhi tempestades que me jogaram contra os rochedos" – ele escreveria tempos depois de perder a presidência, ao rememorar o dia do naufrágio. A imagem dos rochedos é a preferida por Collor para falar do desfecho dos tempos turbulentos que viveu no Palácio do Planalto.

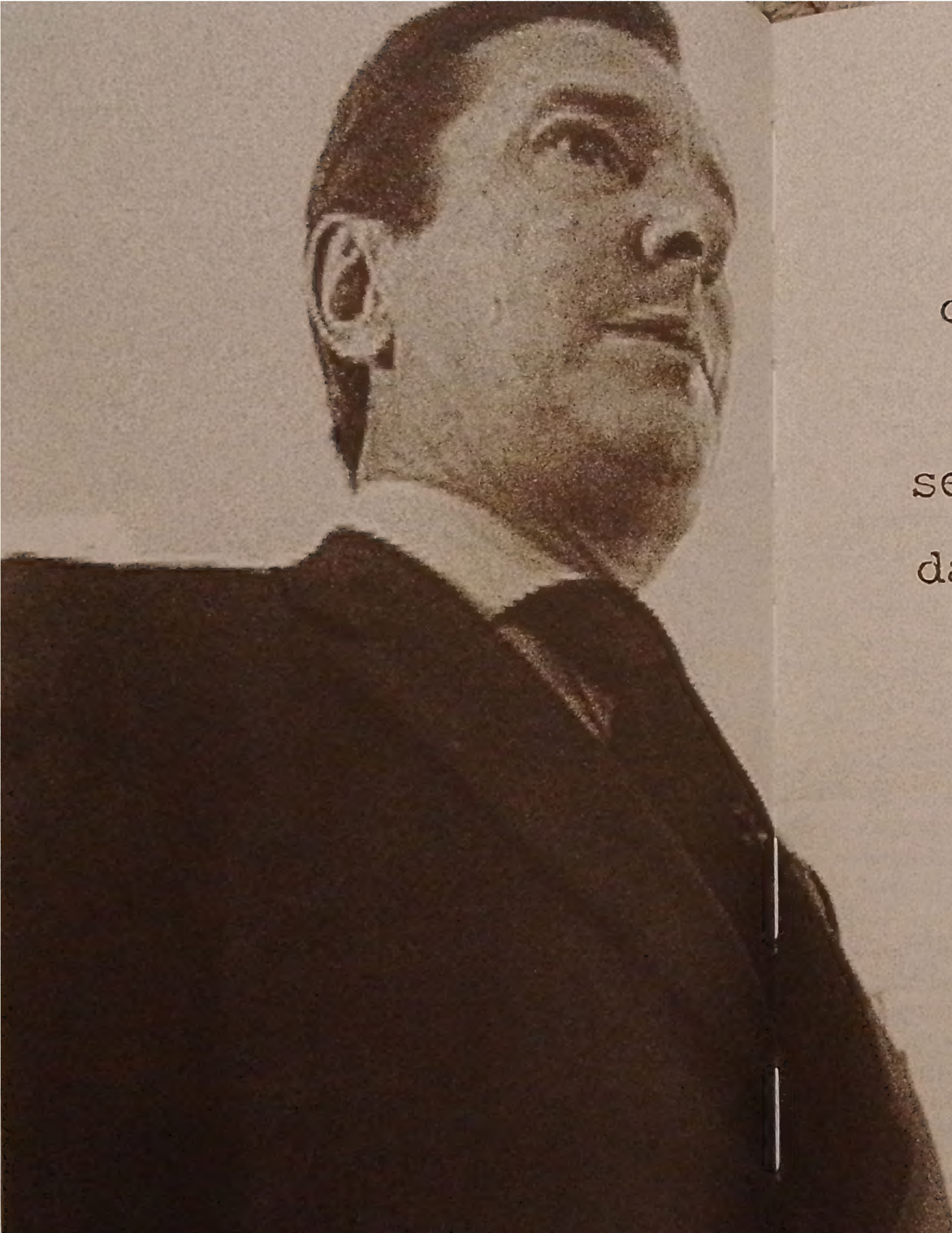
Se tivesse cumprido o mandato sem se enredar num novelo de

"Eu semeei ventos, colhi tempestades."

denúncias, quem sabe, teria se tornado um desses condestáveis da República, que são sempre ouvidos com atenção reverente. Não foi o que aconteceu. Depois de se chocar contra os rochedos, o ex-presidente acabou solenemente ignorado pela imprensa, pelos eleitores e pelos governantes. O presidente Lula convidou seus antecessores a voar para Roma a bordo do avião presidencial para os funerais do papa João Paulo II, em abril de 2005. Somente Collor ficou de fora da lista de convidados.

O personagem central de uma história tão tumultuada e tão cercada de tragédias, dúvidas e suspeitas ainda atrai atenções. Quando a imagem de Collor aparecia no monitor da ilha de edição do *Fantástico*, editores e repórteres que passavam pelo corredor paravam para perguntar: "É Collor? O que foi que ele disse? O que ele tem feito? Pintou o cabelo?"

Trata-se de um grande personagem jornalístico. Ontem, caminhava entre os poderosos do mundo. Chegou a ser chamado de Indiana Jones pelo então presidente dos Estados Unidos, George Bush. Hoje, perseguido pela "Síndrome de Tio Charlie", dá expediente como executivo de uma empresa de alcance estadual.

O "Escorraçado" guarda um baú de histórias. Vai abri-lo agora para revelar a cena que ninguém viu: o dia em que esteve a um passo de cometer suicídio – gesto que seria o último de uma interminável série de surpresas que o personagem Collor reservou para o Brasil.

"Vivi um momento
de glória suprema
...para, depois,
ser apeado do poder
da forma como fui."

Hoje, o senhor vê um toque trágico na história de ascensão e queda – tão rápidas – que o senhor viveu?

Sem dúvida. Sem querer fazer melodrama, digo que há características de uma tragédia grega em tudo o que aconteceu. Tudo o que foi envolvido, tanto do ponto de vista pessoal e familiar quanto do político; a repercussão em toda a população; o ápice que vivi... Cada um de nós é do tamanho da onda que nos carrega. De repente, uma onda enorme me leva até uma ilha fantástica, para presidir um país fantástico como o Brasil. Mas essa onda foi a mesma que, depois, me tragou de volta e me jogou contra os rochedos. Vivi um momento de glória suprema: o de ter sido eleito pelo povo brasileiro presidente deste país extraordinário, para, depois, ser apeado do poder da forma como fui.

É verdade que, no momento em que os deputados votavam o pedido de impeachment, *o senhor ficou sozinho e nem sequer viu a transmissão ao vivo pela TV?*

Não vi.

O que o senhor estava fazendo exatamente no momento em que os deputados votavam pela abertura do processo de impeachment?

Fiquei sozinho em minha sala, no Palácio do Planalto. Somente a lâmpada em cima de minha mesa estava ligada. Todo o gabinete ficou na penumbra. Fiquei só, à espera de que me fosse dado o resultado. O silêncio era absoluto. O trânsito estava interrompido diante do Palácio. Não havia nenhuma movimentação. Eu então ouvi, vindo do Congresso Nacional, aquele rumor forte, igual ao que a gente ouve nas proximidades de um estádio de futebol na hora da comemoração de um gol. Quando ouvi aquele rumor forte, disse: "Estou perdido".

Batem à porta. O chefe do Gabinete Militar (*general Agenor Homem de Carvalho*) entra e me comunica o resultado. Eu digo: "Não temos mais nada o que fazer. Vamos embora".

Aconteceu assim.

O que passou pela cabeça do senhor quando ouviu esse rumor?

Percebi como é forte a capacidade que os outros têm de trair, vender-se, vilipendiar-se, agachar-se, alugar-se. Infelizmente, é a natureza humana. Depois, assisti a casos específicos. Vi os que lá se apresentaram dizendo "pela minha mãe", "pela minha família", na hora de votar. Eu dizia: "Meu Deus..." Porque ficava mais penalizado por eles do que com a minha própria situação. Eram aqueles que, depois de ter tido todos os compromissos atendidos politicamente pelo governo, agiam daquela forma em função de trinta dinheiros...

Qual foi, então, a traição que mais magoou o senhor? Quer citar algum nome?

Não quero citar nenhum nome. As traições ferem, mas também nos ensinam e nos fortalecem.

O senhor enfrentou um período de depressão, depois de ter sido afastado da presidência...

Não necessariamente de depressão.

O senhor pensou em suicídio?

O que aconteceu comigo entre o meu afastamento pela Câmara dos Deputados e a votação pelo Senado Federal – e, de forma mais aguda, depois do meu afastamento definitivo pelo *impeachment* – foi uma profunda busca de respostas que eu ainda não havia encontrado. Naturalmente, não era aquele o momento.

O cenário estava pronto para o suicídio: afastado do poder, Collor tranca-se na biblioteca da Casa da Dinda, liga o gravador para deixar uma mensagem.

Em algum momento desse período de reavaliação o senhor chegou a pensar em suicídio por ter sido afastado do poder?

Pensei, pensei. Num determinado momento, pensei em dar fim à minha vida porque o sofrimento foi atroz, brutal, cruel. Para não cometer esse gesto, valeu-me muito uma conversa que eu havia tido com o governador Leonel Brizola. Ao fim da última audiência que ele teve comigo, em palácio, fui levá-lo à porta. Brizola disse-me, na sala dos ajudantes-de-ordens: "Presidente, eu tinha uma coisa para lhe falar". Eu: "Vamos entrar, governador". Fechei a porta: "Vamos sentar?" Mas ele disse: "Não, aqui mesmo, na porta".

Com aquela forma bem pausada de falar, ele disse, então: "Venho de longe. Já assisti a muita coisa na política deste País. Acompanhei de perto o sofrimento do doutor Getúlio Vargas. O que ele passou não chega aos pés do que o senhor vem passando. Quero lhe pedir, não como político nem como governador, mas como cidadão Leonel Brizola: resista, presidente. Não faça como o doutor Getúlio. Resista". Nesse instante, os olhos do governador Brizola se marejaram de lágrimas. Os meus também.

Quando pensava em cometer o ato extremo, sempre me vinham à mente as palavras do governador Brizola. Pensei: "Eu falei para ele que iria – e vou – resistir".

O senhor atribui a esse encontro com o ex-governador Leonel Brizola a decisão de não se suicidar?

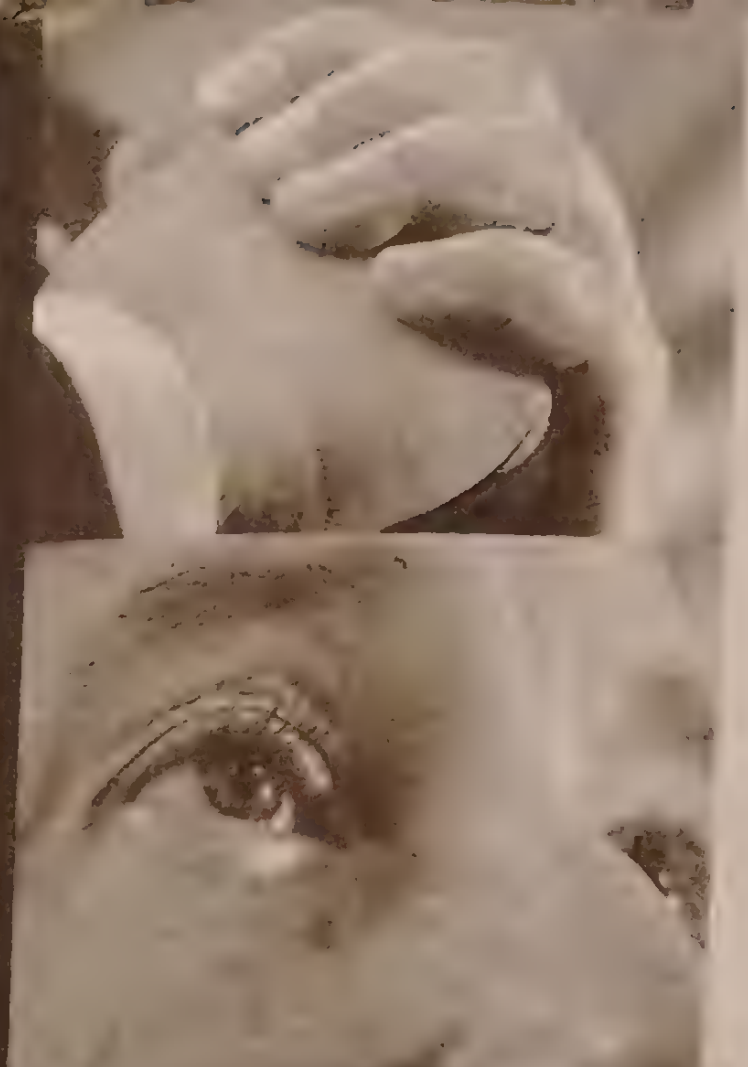
Atribuo não somente a esse encontro, mas, sem dúvida nenhuma, a conversa contribuiu para que a minha decisão fosse a de permanecer vivo.

Em que momento, exatamente, o senhor chegou ao que seria o fundo do poço? Quantos meses depois de ter sido afastado da presidência?

Logo, logo. Tivemos o 29 de setembro (*de 1992, dia em que a Câmara dos Deputados aprovou a abertura do processo de impeachment*), o 3 de outubro (*data das eleições municipais*), depois veio o 29 de dezembro (*data em que o Senado o puniu*). Aconteceu nos meses seguintes: janeiro, fevereiro de 1993

O que levou o senhor, afinal, a abandonar a idéia de suicídio?

Em primeiro lugar, o instinto de sobrevivência, que todos temos. Em segundo lugar, fatores circunstanciais, dentre eles, a conversa que tive com o governador Leonel Brizola, na última audiência que tivemos no Palacio do Planalto. É um fato que, eu diria, me ajudou a não cometer esse desatino.

O senhor chegou a ensaiar escrever alguma coisa nesse momento?

Gravei alguma coisa. Gravei uma fita. Iniciei a gravação de uma fita, que ficou lá, guardada. Meu livro termina assim: a morte que não houve

A fita que o senhor gravou seria uma espécie de "versão moderna" da carta-testamento? O que o senhor dizia na gravação?

A pretensão não era essa. Começo explicando o porquê do meu gesto, mas nada era assim, dirigido ao "povo brasileiro" – um documento que ficasse registrado na história. A mensagem era pessoal, para a família: eu dizia dos motivos que me levavam àquilo e como eu gostaria que as coisas ficassem. Falava do meu testamento e de bens. Não era, enfim, um documento político, mas um documento pessoal.

Que referências políticas havia na fita?

Nenhuma, nenhuma, nenhuma.

Um arrependimento: Collor diz que, hoje, não usaria n propaganda eleitora o depoimento da ex-namorada do candidato Lula.

[illegible] ferências eram exclusivamente pessoais?

[illegible]

Onde o senhor gravou essa fita?

Gravei na biblioteca da Casa da Dinda.

Como foi feita a gravação?

Por mim mesmo, com um gravador daqueles antigos, tipo "tijolão". Fiz a gravação em áudio, somente.

Quando pegou o gravador, o senhor estava decidido a se matar. Quanto tempo depois o senhor mudou de ideia?

Isso foi por volta de três, quatro da tarde. Eu esperava... (*Collor faz uma pausa, suspira*) Nossa... É uma conversa tão triste.

Mas é importante o registro, já que o senhor foi presidente da República...

Enfim... Eu imaginava que acontecesse ao anoitecer. Mas, quando raiou o dia seguinte, eu já havia mudado de ideia.

O senhor se arrepende de ter usado no programa eleitoral o depoimento de uma ex-namorada de Lula? (A equipe de Collor levou ao ar, na campanha presidencial de 1989, um vídeo em que uma antiga namorada de Lula, então candidato pelo PT, acusa-o de ter sugerido a ela que fizesse um aborto.)

Eu diria que não foi algo de bom gosto nem de bom tom. A utilização seria absolutamente desnecessária. Não o faria novamente. Mas, numa campanha eleitoral, no fragor da batalha, com as emoções desencadeadas de forma violenta, é difícil a gente ter uma medida correta dos termos de que nos utilizamos e das ações que estaremos por realizar. É preciso levar em consideração o

momento em que a decisão foi tomada. [illegible] ponto de vista racional, em condições normais de temperatura e pressão [illegible], sem dúvida nenhuma, eu nã [illegible]

O fator determinante para que o senhor fosse afastado da presidência foi a suspeita de que o tesoureiro da campanha, Paulo César Farias, achacava empresários num esquema que, em última instância, envolveria a instituição da presidência. O senhor acha que, um dia, vai se livrar dessas suspeitas diante da opinião pública?

Isso é uma brincadeira! Já fui julgado e já fui inocentado dessas acusações. Repisar é uma coisa que não vai levá-lo a lugar nenhum.

Se nos atentarmos para o que eventualmente teria acontecido há 15 anos e para o que aconteceu posteriormente e vem acontecendo, é preciso prestar atenção, para não ficar mirando somente para um passado que já foi revolvido – e para um personagem que já foi inocentado. Assim, corre-se o risco de obliterar o que aconteceu posteriormente em governos outros – e não vem, ao contrário do que deveria, motivando tanto a atenção da mídia.

Uma das caixas-pretas da política brasileira são as famosas sobras de campanha. O tesoureiro da campanha do senhor à presidência, PC Farias, disse ao deputado Cleto Falcão (então líder do PRN na Câmara) *que a campanha havia arrecadado US$ 134 milhões em doações. Sobraram US$ 52 milhões. É verdade? O que foi feito dessa sobras?*

Não sei se o número é verdadeiro ou não. Quem disse poderia até citar a fonte em que se baseou.

(*A fonte de Cleto Falcão, um dos responsáveis pelo lançamento da candidatura presidencial do então governador de Alagoas, Fernando Collor, foi o próprio Paulo César Farias.* Em Dez Anos de

[illegible]

[illegible], pouco tempo depois [illegible] um vigia, mais [illegible] pulou na piscina [illegible] tanto dinheiro na minha vida [illegible] no total?" Paulo César respondeu: "Uns US$ 134 [illegible] uns 52 milhões".

Em relação às sobras da campanha, tudo foi devid[illegible] rado pela Justiça Eleitoral. É documento público, à disp[illegible] quem se interessar.

O senhor tem dúvidas sobre as circunstâncias da [illegible] Farias? (O ex-tesoureiro da campanha de Collor teria [illegible] morto pela namorada, que se suicidou em seguida, no dia 23 de junho de 1996, em Maceió.)

Não sou a pessoa mais adequada para falar porque não sou proficiente em diligência policial. Mas, a me valer nos *experts* [illegible] assunto que atuaram em dois inquéritos, não posso ter nenhuma dúvida de que o que aconteceu foi o crime passional que a imprensa divulgou.

Qual foi o erro imperdoável do governo Collor?

O erro imperdoável do meu governo foi o mau relacionamento do presidente da República com o Congresso Nacional.

O senhor já disse que sofreu o processo de impeachment porque não era de frequentar churrasco em casa de deputados. O

"Maioria parlamentar se conquista com salamaleques, churrascos, almoços, jantares, intimidades. Mas não sou de ficar dando tapinha na barriga."

senhor acha que, se tivesse cortejado o Congresso, teria escapado do processo?

Sem dúvida nenhuma.

O que leva o senhor a ter essa certeza?

O que me leva a essa certeza é o depoimento dos líderes dos partidos que coordenaram o meu *impeachment*. Disseram: "O que faltou a Collor foi uma maioria parlamentar". Não estou, aqui, querendo, absolutamente, criticar o Congresso Nacional. O que critico é o meu posicionamento em relação ao Congresso. Maioria parlamentar se conquista com salamaleques, churrascos, almoços, jantares, intimidades. Como não sou muito dado a esse tipo de intimidade, como não sou de ficar dando tapinha na barriga nem agüentando pessoas já um pouco alteradas pelo consumo de bebida, eu evitava. Mas uma das atribuições do presidente, sem dúvida nenhuma, é essa: a de tentar a todo esforço consolidar uma maioria parlamentar que lhe dê a chamada governabilidade.

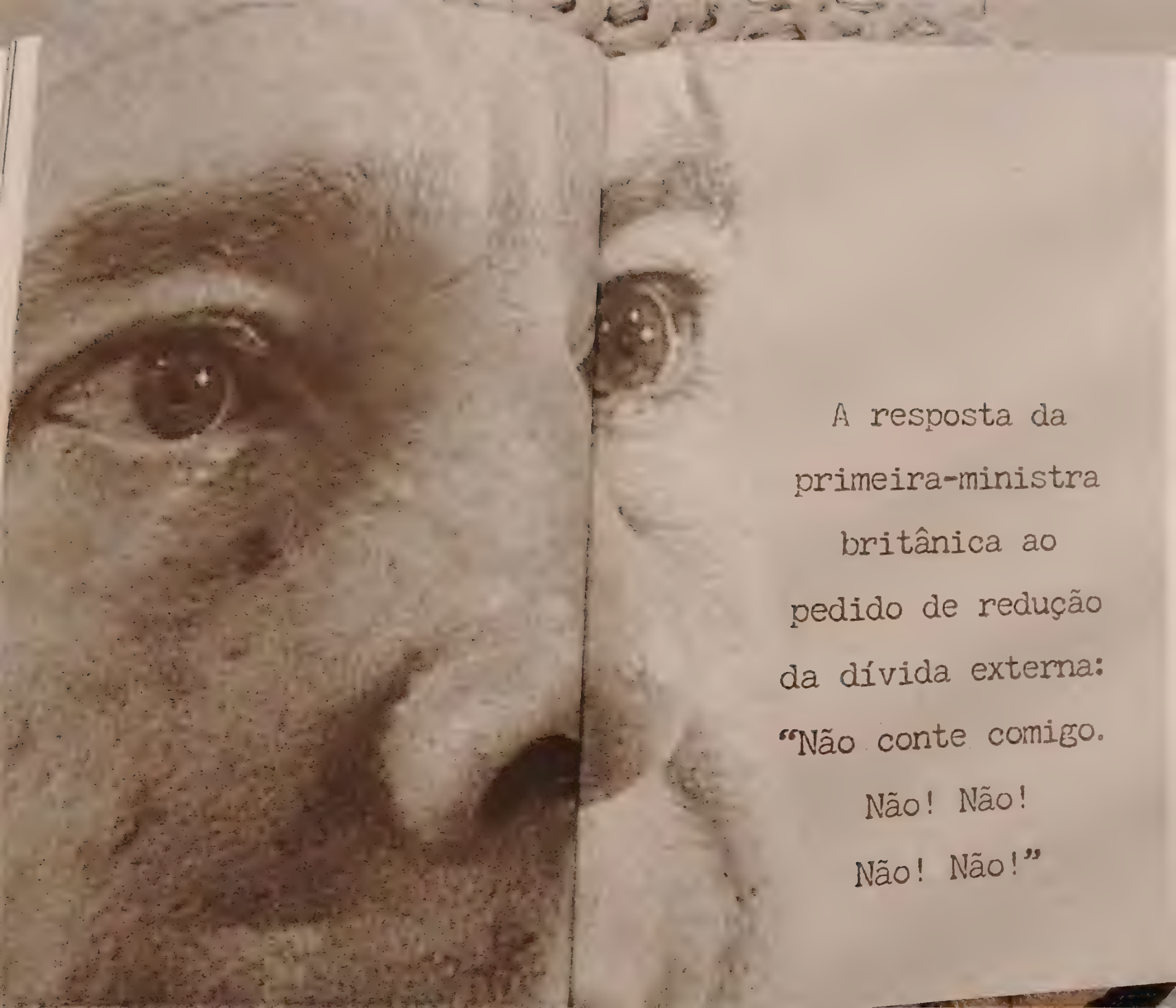
O senhor pediria perdão aos eleitores? Por quê?

Perdão peço todo dia. Quando me recolho, peço perdão a Deus pelos erros e pelas faltas que eventualmente tenha cometido. Quando vou à celebração da santa missa e antes de participar da eucaristia, peço perdão a Deus. Também peço desculpas ao povo brasileiro por erros cometidos que tenham afetado o cotidiano, o dia-a-dia, a vida de cada um.

O que o senhor sentiu no exato momento em que assinava o pedido de renúncia? (Em 29 de dezembro de 1992, Collor apresentou ao Senado a renúncia ao cargo de presidente da República, numa última tentativa de escapar da punição que o aguardava: a inelegibilidade e a proibição de concorrer a qualquer cargo público pelos oito anos seguintes. O artifício não teve efeito: o Senado votou pela condenação.)

O pedido de renúncia foi assinado às duas horas da manhã do dia em que o Senado realizaria a sessão de julgamento. Eu tinha acabado de oferecer a lideranças do Senado, na Casa da Dinda, um jantar em que havíamos combinado a estratégia para a votação. Quando dali saíram, todos estávamos cientes de que a estratégia seria cumprida pelos que me apoiavam.

Passam-se quarenta minutos – não se chegou a uma hora – e recebo telefonemas que me informavam: alguns dos que lá de casa saíram já estavam confabulando com o outro lado. Eu, então, disse a mim mesmo: "Contra a natureza humana, não há nenhuma força que se alevante".

Ficamos, ao final, eu e o professor e cientista político Otaciano Nogueira, emérito professor da Universidade de Brasília, grande intelectual e grande amigo. Chegamos à conclusão de que eu deveria apresentar minha renúncia. Em torno da mesa, eu e ele começamos a redigir o documento. Fez-se um rascunho da carta da renúncia. Depois, fez-se a carta, que seria enviada naquele mesmo dia ao Senado da República.

O que levou o senhor a se decidir pela renúncia foi o fato de correligionários terem mudado de posição na última hora?

Sem dúvida, sem dúvida, sem dúvida. Nós estávamos com condição de obter uma vitória, apertada, no Senado. Quando recebi a informação de que alguns já estavam confabulando com o outro lado, eu disse: "Não há o que fazer".

Em que circunstâncias o ex-presidente Fernando Collor voltaria a fazer política hoje?

Em nenhuma circunstância.

A resposta da
primeira-ministra
britânica ao
pedido de redução
da dívida externa:
“Não conte comigo.
Não! Não!
Não! Não!”

Por quê?

Por que já não tenho nem motivação nem vontade de participar do processo político-eleitoral no Brasil.

Qual foi o comentário mais surpreendente que o senhor ouviu de um dirigente estrangeiro?

O mais surpreendente comentário que ouvi foi feito pela senhora Margareth Thatcher, no momento em que eu, presidente eleito mas ainda não empossado, visitava chefes de estado dos principais países, para comunicar que eu haveria de encerrar a moratória e, assim, inserir novamente o Brasil no contexto internacional e nos fluxos comerciais. *(Primeira-ministra britânica entre 1979 e 1990, a conservadora Margareth Thatcher ficou conhecida como "Dama de Ferro" pela postura firme em defesa de causas como a privatização de estatais.)*

Para que essa reinserção acontecesse, eu precisava de certa condescendência por parte dos credores, porque, assim, poderíamos refazer nossas contas e regularizar nossa dívida. Eu tinha uma tese, que, afinal, saiu vitoriosa: a redução da dívida de todos os países chamados "emergentes" em 30%. Não era, na verdade, uma idéia original minha. Era algo que já se comentava. Os Estados Unidos acabaram encampando essa idéia dentro do chamado Plano Brady, em função do secretário do Tesouro americano à época, Nicholas Brady. Todos tinham simpatia em relação à idéia.

Quando chegou o momento de expor o assunto no encontro com a senhora Thatcher, ela disse: "Desculpe, mas não entendi o que o senhor falou. Repita comigo mesmo." Meu inglês não devia estar tão eloqüente... Repeti tudo. A senhora Thatcher, então, me disse: "Deixe-me ver se entendi corretamente. O senhor quer dizer que, por exemplo, o senhor deve 100, mas, em vez de pagar 100

quer pagar 70. É isso?" Respondi: "É exatamente isso!" A senhora Thatcher respondeu: "O senhor me desculpe. Isso é uma brincadeira! Isso é uma brincadeira! Não, não conte comigo nem o governo britânico. Não! Não! Não! Não! Se o senhor deve 100, o senhor tem de pagar 100! Poderemos discutir como o senhor vai pagar, mas dever 100 e querer pagar 70, negativo! Comigo o senhor não conta!"

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso vive às turras com o presidente Lula. O ex-presidente Itamar Franco não suporta o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. O senhor, obviamente, não tem uma boa relação com Itamar Franco. Por que os ex-presidentes se dão tão mal entre si?

Em primeiro lugar, há um ditado: "Vice? Não tê-lo, não sê-lo e, de preferência, nem vê-lo". *(Risos.)*

Qual é a origem de suas desavenças com o vice, Itamar Franco?

Não há nenhuma desavença. É uma questão de compatibilização de caráter. Itamar não é um homem de caráter. Fazer o que ele fez a quem sempre lhe deu a mão, a quem o tirou do ostracismo absoluto... Itamar é uma negativa de que há vida inteligente na Terra, mas, por um desses acasos, chegou à vice-presidência da República. Achei que haveria de merecer, pelo menos, um crédito de confiança. Mas, desde o momento em que assumiu, começou a conspirar contra meu governo.

Em que momento houve o rompimento definitivo? Depois de deixar o poder o senhor teve algum contato com ele?

Nenhum contato com ele. Nenhum contato com ele.

Que tipo de relação o senhor tem com o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso?

Nenhuma relação com ele. A relação que tive foi a de tê-lo convidado para ser ministro das Relações Exteriores do meu governo. Fernando Henrique estava absolutamente fascinado com a ideia, mas, pelo receio que tinha de Mário Covas (*candidato pelo PSDB que, no segundo turno das eleições presidenciais, declarou apoio a Lula*), não aceitou. Aquele foi o último contato que tive com ele. Houve um contato que antecedeu a esse: quando fui tomar posse como presidente da República no Congresso Nacional, ele fez parte do comitê de recepção. Mas não tenho nem com Itamar, nem com Fernando Henrique, nenhum tipo de relação.

É verdade que o senhor quis tirar da chapa o então candidato a vice, Itamar Franco, às vésperas da eleição? Quem seria o substituto?

Simplesmente não havia substituto.

Mas o senhor chegou a sondar alguém?

Não. Fiz sondagens antes da escolha de Itamar Franco. É preciso dividir o processo em duas etapas. Antes de formular o convite ao então senador Itamar Franco, eu tinha convidado para o posto de candidato a vice duas figuras políticas. A primeira foi o ex-governador de Minas Gerais, Hélio Garcia. A segunda foi a ex-deputada Márcia Kubitschek. Os dois não puderam aceitar.

Eu queria que o vice viesse de Minas Gerais. Pelo que via e sentia, a situação da minha candidatura estava muito boa em São Paulo. Houve uma identificação muito forte entre São Paulo e minha candidatura. O Rio de Janeiro estava perdido para mim, porque o ex-governador Leonel Brizola era candidato a presidente. O Rio Grande do Sul também estava perdido. Como em [illegible] eu queria que o vice viesse de

Minas. Afinal, Minas era um colégio eleitoral muito importante. O mineiro, com as exceções de praxe – como foi, no meu caso, na escolha do vice – sempre agrega sabedoria, inteligência, pertinácia, operosidade e brilho, qualidades que não encontrei no vice que, afinal, escolhi. O terceiro nome, portanto, foi o do então senador Itamar Franco, que aceitou. Mas, entre a aceitação e a convenção, houve vários momentos de renúncia. "Vou renunciar, vou renunciar, vou renunciar", ele dizia.

A convenção iria se encerrar às cinco da tarde. Quando eu já estava para iniciar meu discurso aceitando a indicação como candidato a presidente, recebo uma mensagem em que Itamar Franco dizia que não viria. Eu, então, mandei dizer que, se ele não chegasse até o momento em que eu iniciasse meu discurso, eu botaria outra pessoa na chapa. Em suma: ele, Itamar, não seria meu vice. Mas eu não tinha ninguém, nenhum nome. Eu, na verdade, teria de improvisar mais ainda na questão do vice.

Em algum momento o senhor se incomodou com a ingerência de governos estrangeiros em assuntos internos do Brasil?

Tive, em Bonn, na Alemanha, ainda como presidente eleito, um encontro com presidentes de empresas multinacionais alemãs com filiais no Brasil. Pude explicar o que seria nosso programa de governo e o que iria fazer. O presidente mundial da Volkswagen, talvez até se sentindo um pouco íntimo pela presença do meu ex-sogro (*o empresário Joaquim Monteiro de Carvalho*), que foi sócio da empresa no Brasil, se achou no direito de avançar na chamada "liberalidade" e me fez perguntas de que não gostei. Criticou o Brasil, levantou dúvidas em relação ao meu plano de governo. Respondi que não admitia que ele se referisse daquela forma ao meu País. Rechacei, com vigor, as dúvidas em relação ao nosso programa de governo. Antes de fazer qualquer crítica ao Brasil ou

IRRITAÇÃO

"O presidente mundial da Volkswagen se achou no direito de avançar na 'liberalidade' e me fez perguntas de que não gostei."

do governo que estaria por ser iniciado, ele deveria tratar de fabricar carros no Brasil. Porque o que ele fabricava eram carroças.

Que comentário específico irritou o senhor?

Nós estávamos, ali, no rescaldo do Plano Cruzado 2. O presidente mundial da Volkswagen dizia algo como "O Brasil sempre quer inventar novas saídas. O país não entende que a política é uma só". O presidente da Volkswagen falava contra a heterodoxia de planos econômicos. Fiquei ainda mais irritado porque sabia que o meu plano viria a ser absolutamente heterodoxo.

Qual foi o primeiro presidente que o senhor conheceu pessoalmente? Que imagem o senhor guardou?

O primeiro presidente que conheci pessoalmente foi Jânio Quadros. Devo dizer que ele me causou muito boa impressão. Aconteceu numa manhã, na casa da minha família no Rio de Janeiro, no momento em que eu, ainda estudante, saía para a escola. Jânio estava sentado na sala, à espera de meu pai *(o senador Arnon de Mello, ex-governador de Alagoas)*. Era candidato a presidente da República. Havia uma disputa, que chegou à convenção, entre os nomes de Jânio e de Juracy Magalhães *(então governador da Bahia)*. A tendência de meu pai, afinal concretizada na convenção, era a de votar a favor da candidatura de Juracy: os dois, meu pai e ele, eram compadres. Juracy Magalhães era meu padrinho de batismo. Quando eu estava saindo para ir à escola, Jânio me chamou e perguntou: "Menino, como é o seu nome?" Eu disse: "Fernando". Ele: "Você gosta de estudar?" Eu: "Gosto muito". Jânio, então, me disse: "Muito bem! Não se esqueça: só vence na vida quem estuda. Estude muito!" Fui para a escola. Depois é que vim saber quem era aquele personagem.

Que conselho o senhor recebeu de um outro ex-presidente que também renunciou ao cargo, Jânio Quadros?

O que Jânio Quadros fez foi um comentário, mais do que um conselho. Tivemos um encontro na sede da Embaixada d[illegible] em Roma, o Palácio Doria Pamphili, que sempr[illegible] ilustres. Agora, houve uma certa interrupção [illegible] *presença do ex-presidente Itamar Franco na embaixada)*. De passagem por Roma, acho que para um encontro da FAO *(Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação)*, eu, governador de Alagoas, fui convidado pelo embaixador à época para um coquetel naquela beleza de palácio, em torno do ex-presidente Jânio Quadros.

Lá fui eu. Alguém tinha dito a ele que eu seria candidato a presidente. Ouvi de Jânio Quadros esse comentário: "Quantos anos você tem?" Eu respondi: "Vou fazer 39". Como havia uma dúvida sobre se o mandato de Sarney seria de quatro, cinco ou seis anos, Jânio disse: "Quando é que vai ser a eleição? Vai ser em 89? Você estará com 40 anos! É muito novo! Muito novo! Muito novo! Fui presidente com 43. Deveria ter sido com 53..."

O interessante é que, vim a saber depois, Jânio Quadros queria ser candidato a presidente em 1989. O ex-ministro José Aparecido uma vez me procurou no palácio e me disse: "Vou lhe contar um fato: nós estávamos planejando o lançamento da candidatura do presidente Jânio em 1989. Como estávamos na época das discussões na Constituinte, achamos que seria melhor que ele se afastasse do Brasil por um período, depois de concluir o mandato de prefeito de São Paulo. Quando voltasse, ele seria naturalmente o candidato das forças liberais, não comprometidas com a esquerdização do País. Fui buscar o ex-presidente no aeroporto quando ele voltou ao Brasil. Disse a ele: 'Presidente Jânio, já não temos o que fazer! Seu espaço foi ocupado por outra can-

O economista pede uma audiência. Quer apresentar um plano econômico. Depois de deixar o poder, Collor descobre que aquele viria a ser o Plano Real.

Qual grande personalidade, nacional ou estrangeira, o decepcionou quando o senhor estava na presidência?

Entre as personalidades nacionais, Ulysses Guimarães foi uma grande e terrível decepção. Não pelo que eu esperava, mas pelo que ele se comprometeu comigo. Que grande decepção! Já no plano internacional, nenhum me decepcionou. Ao contrário todos os chefes de Estado com quem mantive contato me causaram boa impressão. De qualquer maneira, o que me impressionou mais positivamente foi Felipe Gonzalez, chefe de governo espanhol.

Que compromisso o então deputado Ulysses Guimarães assumiu com o senhor e não cumpriu?

Você me perguntou quem me decepcionou. Eu lhe disse: Ulysses Guimarães.

Mas é verdade que Ulysses Guimarães pensou que assumiria a presidência depois que o senhor fosse afastado?

É verdade. É verdade.

Por quê? O deputado Ulysses Guimarães pensou que o vice-presidente Itamar Franco renunciaria também?

Ulysses Guimarães pensou que o Congresso Nacional não daria posse a Itamar Franco, o vice-presidente. Pensou tambem que Itamar Franco, receoso de uma oposição dentro do Congresso, viesse a renunciar. assim, ele, Ulysses Guimarães, seria chamado a cumprir o restante do mandato. *(Durante o processo que resultou no impeachment de Collor, quem ocupava a presidência da Câmara dos Deputados, terceiro cargo na hierarquia da República, era o deputado Ibsen Pinheiro).*

Um detalhe interessante: como eu já havia cumprido mais da

metade do mandato, não haveria necessidade de convocação de novas eleições. O meu mandato, na verdade, seria um pouco mais curto do que os outros, porque a Constituição de 1988 tinha determinado que a posse do presidente eleito em 1989 seria em março de 1990, mas o mandato terminaria no dia 31 de dezembro de 1994, para que no dia primeiro de janeiro o novo presidente eleito tomasse posse

Pedro Collor, revelou, num livro, que o senhor cometeu um gesto desesperado para escapar do impeachment: para se afastar de seus inimigos, o senhor teria participado de um ritual com uma mãe-de-santo, que incluía sacrifício de animais. O senhor nunca desmentiu oficialmente o livro.. O senhor, afinal, apelou para a magia para escapar dos seus inimigos?

Não, não

(Pedro Collor descreve assim, no livro Passando a Limpo – A Trajetória de um Farsante, *lançado em 1993 pela editora Record, o suposto envolvimento do irmão com rituais de magia: "Numa tarde de agosto, ainda durante os trabalhos na CPI, uma funcionária do Palácio do Planalto que tem ligações profissionais antigas com Fernando, desde a época da prefeitura de Maceió, esteve na Casa da Dinda para oferecer ajuda. Evangélica, a moça queria que o presidente recebesse um grupo de religiosos da Igreja Batista que lhe fariam orações. O empregado explicou que não seria uma boa idéia levar religiosos à Casa da Dinda, porque naquela noite haveria uma 'sessão' [...] Contou, então, que, no porão antigamente usado como quarto de hóspedes para os filhos do presidente, a primeira-dama montara um altar para sacrifício de animais e, ali, frequentemente, Cecília de Arapiraca comandava 'sessões' de sacrifício de bodes e animais de menor porte, como galinhas pretas [...] Testemunha assistiu aos preparativos para o início do ritual. Além de Rosane caracterizada de pomba-gira, viu*

conta corrente. A ministra pode ter tido alguma dúvida em relação ao valor, mas ela não tirou da cartola mágica um número aleatório. Não!

É verdade que, quando era governador de Alagoas, o senhor estava dentro de um carro que capotou de madrugada em Paris, num episódio que foi mantido em segredo?

Não foi mantido em segredo. Num cruzamento da avenida Champs Elysée, o carro em que estávamos, dirigido por um motorista, foi abalroado por outro que ultrapassou o sinal. Como em qualquer país, faz-se, na França, um boletim de ocorrência. Os policiais estiveram logo presentes, fizeram os exames que tinham que fazer e nos liberaram. Mas nada foi pedido. Ninguém saiu machucado.

(O ex-líder do PRN na Câmara, Cleto Falcão, descreve assim o acidente, no livro Dez Anos de Silêncio*: "Com o impacto, os dois carros capotam. Nosso veículo, pelo menos três vezes. Fui ágil: 'Fernando, seu nome não pode aparecer nisto. Pega as meninas e vai embora. É capaz de dizerem depois que você estava bêbado ou drogado. Não dá para explicar...' Chamei um táxi. Eles sumiram madrugada adentro. Não passaram dois minutos e a polícia chegou".)*

O que é que existia naquela pasta que o senhor levou para o debate contra o então candidato Lula? Era ou não era um dossiê sobre a vida pessoal do candidato do PT?

Não tinha absolutamente nada ali. O que havia na pasta era o resultado das sessões ocorridas entre meu *staff* e eu próprio. Logo antes do primeiro debate, eles chegaram com aqueles papéis todos, cheios de números. Havia dois aconselhamentos: o que tratava do aspecto político e o que cuidava do programa de governo. Todos concordaram em um ponto: "Você não pode se permitir sair da linha. Precisa falar do programa de [illegible] que pretende fazer. Porque o que dizem é que, por temperamento, você não teria a estabilidade emocional necessária para governar o País".

Deram-me, então, os números e me disseram: "Você tem de se comportar como um estadista!" Lá fui eu para o primeiro debate, com as pastas. Quando, depois, assisti à gravação do debate, não me reconheci no programa. Ali estava outra pessoa. Não era eu. Não gostei.

Quando chegou a hora do segundo debate, a cena se repete: o *staff* se reúne. Mas, aí, eu disse: "Não quero ouvir mais ninguém! Vocês deixem aqui essas pastas, porque não quero escutar qualquer sugestão ou orientação. Vou fazer do meu jeito". Abracei aquelas pastas e as levei para o segundo debate, sem saber o que havia ali dentro.

Não havia absolutamente nada de dossiê sobre a vida pessoal ou contra Lula. O que havia eram documentos esparsos que a assessoria sempre reunia. Peguei as pastas e as levei para o debate, mas o que eu queria – diferentemente do que ocorrera antes – era seguir a minha intuição e o meu próprio jeito de ser. Depois é que surgiram comentários de que havia dossiês. Sou uma pessoa absolutamente contrária à elaboração e utilização de dossiês: tanto é que extingui o SNI, porque o Serviço Nacional de Informações era, antes de mais nada, uma fábrica de dossiês sobre a vida privada de parlamentares que não operavam junto à base parlamentar do governo.

O senhor acha que o resumo do debate apresentado pelo Jornal Nacional *teve ou não teve influência sobre o resultado da eleição?*

Não teve nenhuma influência sobre o resultado da eleição. O que teve influência foi o debate. Quando acusam a Rede Globo de

Um “erro histórico”:
o marco da
redemocratização do
Brasil não é a eleição
indireta no Colégio
Eleitoral. É a eleição
direta de 1989.

ter editado o debate a meu favor, respondo da seguinte maneira: como é que se pode, por exemplo, evitar a edição de uma partida como a que tivemos, recentemente, em que o meu Corinthians perde de 5 a 1 para o São Paulo? Se o *Fantástico* vai editar, por mais corintiano que seja o editor, ele vai ter de mostrar que o São Paulo foi melhor – e ganhou.

Naquele debate, sem dúvida nenhuma, Lula não estava bem. Lula estava muito nervoso e muito fragilizado. Tive a sorte de me sair melhor do que ele. O debate, então, definiu a eleição no segundo turno. A edição que a Rede Globo fez foi jornalisticamente correta e perfeita. Logo depois do debate, foi divulgada uma pesquisa do Ibope. Eu tinha saído de São Paulo para Maceió, onde iria votar, dois dias depois. Telefonei, na tarde do dia seguinte, a Carlos Augusto Montenegro (*presidente do Ibope*), que me disse o resultado da pesquisa que sairia logo em seguida no *Jornal Nacional*: eu estava à frente de Lula apenas um ponto percentual! Disse a ele: "Perdi a eleição".

Mas fiz a seguinte pergunta: "A pesquisa foi feita antes ou depois do debate?" Montenegro me informou: "Antes". Eu, então, disse: "Ganhei a eleição". Porque eu tinha certeza de que o debate havia definido a eleição.

O senhor – que vem de uma família bem-sucedida e rica – disse, num dos debates com Lula, que não tinha dinheiro para comprar um aparelho de som "três-em-um". Com que intenção o senhor disse aquilo?

Não foi bem assim. O que acontece é que um dia eu estava assistindo ao *Jornal Nacional*, na Casa da Dinda. Vem, então, uma entrevista de Lula. Eu me lembro perfeitamente da cena: ao fundo, no local onde Lula dava a entrevista, apareciam aparelhos de som instalados numa parede de tijolo aparente. Reconheci, entre os

aparelhos, um laser disc, equipamento que já estava querendo comprar há algum tempo. Custava, na época, uns US$ 3 [illegible] para aquela cena: "Mas de quem é essa casa?" Disseram: "É de um amigo do Lula, um empresário que empresta a casa para [illegible] bom, porque vi lá um aparelho de laser disc. Não é p[illegible] não consegui". Não era um simples "três-em-um". Mas [illegible] também não sabia o que significava aquele aparelho.

O senhor conquistou a presidência com apenas 40 anos de idade – o mais jovem presidente da história –, mas não conseguiu terminar o mandato. Quando se lembra daquele período, qual o primeiro pensamento que lhe ocorre?

Aquele foi um momento mágico porque o que nos movia, a mim e a um grupo pequeno de pessoas, era fundamentalmente [illegible] idealismo. Era o ideal de que o Brasil tinha jeito [illegible] poucos que ali estávamos, haveríamos de mudar o estado de coisas com nossa determinação, com nossa obstinação, com nosso conhecimento. Aquilo era, também, fruto da extrema [illegible] aos 40 anos de idade. Cheguei à Presidência da República pelo [illegible] direto, depois de quase trinta anos sem que o povo pudesse participar da escolha do presidente.

O momento que melhor traduz o que senti naquele [illegible] meu discurso no parlatório, um momento de muita emoção [illegible] muita vontade de acertar. É o momento que marca [illegible] redemocratização do País. Completa-se um ciclo histórico [illegible] junta a ideia da redemocratização do Brasil com a [illegible] gio Eleitoral, que, em janeiro de 1985, [illegible] Tancredo Neves-José Sarney [illegible] Figueiredo). Ora, democracia, o próprio nome já diz [illegible] que os democratas queriam a extinção do Colégio Eleitoral, que era a negação e a antítese do processo democrático. A redemocra-

...zação do Brasil, portanto, inicia-se com a eleição direta por presidente da República, não com a eleição do Colégio E...

E verdade que o senhor já pensou em reclamar de volta, na Justiça, o restante do mandato?

Como se eu pudesse... Mas eu gostaria de expor a você um raciocínio que me parece, até certo ponto, lógico. Já fiz o teste com diversas pessoas, que disseram: "Há uma certa lógica

O que é que eu digo? O seguinte: afastaram um presidente da República na suposição – e tão somente na suposição – de que as acusações que lhe faziam eram verdadeiras. Passam-se dois anos e meio, em que o presidente é submetido à mais ampla e profunda investigação. O resultado da investigação é levado à mais alta corte de Justiça do País, que diz: "Este homem é inocente das acusações que lhe fizeram". *(Julgamento realizado no final de 1994, pelo Supremo Tribunal Federal, absolveu Collor da acusação de corrupção passiva por 5 votos a 3.)* Ora, se saí da presidência na suposição de que eram verdadeiras as acusações que, depois, foram vistas como não verdadeiras, não cabe uma indenização? A Justiça comum funciona assim. Qual seria a indenização? O restante do meu mandato! *(Risos.)*

Descrevo assim o caso para evitar que fatos como aqueles ocorram. Ninguém pode ser culpado até que a sentença tenha transitado em julgado. Mas, no meu caso, fui julgado, condenado e levado ao cadafalso de maneira sumária. Uso esse raciocínio não apenas para exprimir minha indignação, mas para alertar que fatos como aqueles não voltem a acontecer. Eleição para presidente da República não é eleição de grêmio estudantil.

Um deputado cometeu uma pequena indiscrição no gabinete do Palácio do Planalto quando o senhor ainda era presidente: leu a

dedicatória que a ex-ministra Zélia Cardoso de Mello escreveu para o senhor em um livro. A dedicatória dizia o seguinte: "Fernando, dedico este livro a você não apenas com carinho ou amizade. E com amor. Você sabe que é amor de verdade". A pergunta é: a ministra estava apaixonada pelo presidente?

Não, não. Primeiro, não posso confirmar os termos da dedicatória. Tenho de compulsar o livro. Em segundo lugar: absolutamente, não. A ministra tinha o mesmo ideal que nos animava no projeto de reconstrução do País: jamais inverteria ou misturaria os canais, até porque ela tinha uma vida muito bem dirigida e caracterizada no plano emocional.

Como é então que o senhor explica essa dedicatória?

Não posso explicar o que não conheço

Pedro Collor contribuiu para a crise que tirou o senhor da presidência. Quando se lembra hoje de Pedro Collor, o que o senhor pensa?

Tenho diariamente missas celebradas em intenção de Pedro e de todos os que já se foram, como minha mãe. Pedro deixou filhos que são meus sobrinhos queridíssimos. Com eles, filhos maravilhosos que Pedro deixou, mantenho uma relação muito boa – não tão próxima quanto gostaria, aliás. Prefiro ver Pedro de uma forma positiva, que nossa convivência gerou desde que éramos pequenos. Sempre nos demos muito bem. Tínhamos uma convivência maior, porque a diferença de idade entre nós era menor do que a que nos distanciava dos irmãos mais velhos. É o que guardo de Pedro.

(Pedro Collor, no livro Passando a Limpo – A Trajetória de um Farsante, *refere-se assim à queda do irmão: "Não fui eu quem derrubou Fernando da presidência da República. Ele mesmo se destruiu:*

[illegible] por sua própria megalomania e pela [illegible] reconhecer as limitações do ser humano. Queria o poder [illegible] achava que poderia se perpetuar no poder por [illegible] de vinte [illegible] do como instrumentos a manipulação da opinião pública e o di[illegible] que extorquia da nação. Pensou que pudesse enganar a todos [illegible] inteiro, que seu plano jamais seria descoberto. Acredito que a sem[illegible] plantada dentro de Fernando ainda possa render frutos [illegible] futuro. Basta que ele faça um profundo exame de consciência [illegible] ver o quanto errou.

Quais foram o melhor e o pior presidentes que o Brasil já teve?

Todos tiveram participação positiva em favor do Brasil. Tiro um exemplo de dentro de minha própria casa: eu tinha enorme simpatia pelo doutor Getúlio. Já minha mãe era radicalmente contra, porque ele tinha formado com o meu avô, Lindolfo Collor, entre outros, a Aliança Liberal, mas, ao contrário do que dizia um dos compromissos do manifesto do movimento, não convocou eleições para presidente. A aversão de minha mãe a Getúlio Vargas, portanto, era total. Achava que Getúlio não tinha feito nada pelo País – ao contrário! Chegava a negá-lo. Dizia que a única coisa que Getúlio tinha feito de bom era a legislação trabalhista, obra do meu avô que fora ministro do Trabalho. Fora da legislação trabalhista minha mãe negava qualquer tipo de predicado a ele.

Mas eu, ainda criança, gostava daquela figura: ele me era simpático. *(Collor tinha 5 anos de idade quando Getúlio Vargas se matou em 1954.)* Depois é que vi a enorme importância que ele teve para o País. Getúlio Vargas exerceu o poder ditatorialmente durante o Estado Novo, mas lançou e fincou as bases para que o País pudesse, depois, experimentar o surto de desenvolvimento ocorrido no governo de Juscelino Kubitschek. Todos, então, trouxeram algo de positivo.

Para os governantes do primeiro mundo, os países emergentes são "os novos bárbaros".

Se tivesse de indicar um presidente como o melhor, quem seria?

Qual o melhor? Depende da ótica. Se eu for ver sob a ótica estrutural, diria, sem dúvida nenhuma, Getúlio. Se eu for ver sob a ótica do dinamismo, arrojo e empreendedorismo, o melhor era Juscelino. Se for levar em conta a estabilização e a correta adoção de uma política econômica, diria que foi Castelo Branco, na época do doutor Roberto Campos *(ministro do Planejamento e da Coordenação Econômica)* e do doutor Otávio Gouveia de Bulhões *(ministro da Fazenda)*.

E o pior?

Dentro dessa linha de raciocínio, não haveria nenhum que fosse o pior.

O senhor se apresentou na campanha presidencial como o "caçador de marajás". Hoje, como o senhor se chamaria?

Não me apresentei como "caçador de marajás". A imprensa é que utilizou esse apodo. Hoje, sou o que sempre fui, um caçador do sonho de ajudar a tornar, dentro da minha esfera de atuação, o meu entorno melhor, o povo mais feliz e mais satisfeito. O sonho de ver um Brasil melhor e rezar pelas nossas autoridades para que elas possam dar cobro a esses problemas.

Algum chefe de Estado revelou ignorância sobre o Brasil diante do senhor?

Os chefes de Estado dos países desenvolvidos não tinham conhecimento do que se passava da linha do Equador para baixo. É a grande realidade: o desconhecimento. A preocupação desses chefes de Estado era somente com o mundo chamado "civilizado". Os países emergentes, os que não faziam parte desse mundo, eram considerados os "novos bárbaros".

Eu notava o total desconhecimento q[illegible] em relação a nossos problemas. Num esforço para tornar [illegible]cientes nossas conversas, deixávamos para lá esse desconhecimento e íamos direto ao ponto, para não perder tempo. Isso não acontece somente por parte dos governantes do "primeiro" mundo, mas também por parte da elite universitária.

Quando fui para os Estados Unidos, onde permaneci cerca de dois anos, fui convidado a fazer palestras e a participar de debates com estudantes em universidades americanas. Logo no início, ao ouvir as perguntas que me faziam, já percebia o total desconhecimento em relação ao Brasil. Queriam saber: "É verdade que macacos andam nas ruas? Elefantes, cobras?" Sobre a floresta chamada *rain forest*, eles tinham conhecimento. Falavam sobre futebol, citavam Romário, samba e *Garota de Ipanema*. Quanto ao resto, total desconhecimento.

Depois, passei a iniciar minhas palestras didaticamente: comparava o tamanho de nosso País com os outros, mostrava o que era a Amazônia e o que não era. Os mais antenados com as questões brasileiras e, especificamente, em relação à Amazônia eram os chefes de Estado da Escandinávia e do norte da Europa. Conheciam bem o assunto, porque a existência da Floresta Amazônica é indispensável para que haja vida nessa parte do globo terrestre. Então, seguramente por essa razão, eles manifestavam, sobre o Brasil, um conhecimento mais preciso, localizado na questão amazônica.

O que ficou de suas conversas com Fidel Castro?

As conversas que mantive com o Comandante foram muito interessantes, tanto do ponto de vista político quanto do ponto de vista humano. Afinal, conheci um ícone da minha época de jovem: quando estudante universitário, eu saía às ruas bradando

A aliança improvável: o Brasil de Collor defende a Cuba de Fidel.

"Viva Che! Viva Fidel! Abaixo a ditadura!" Fidel era, portanto, um ícone da minha geração. De repente, eu me vejo presidente da República, convivendo com ele.

Logo no começo do governo, nas conferências ibero-americanas de que participávamos, eu sentia uma posição beligerante de outros países em relação a Cuba. A posição do governo brasileiro era de não deixar que a posição beligerante prosperasse. Nossa posição era deixar que o governo cubano exercesse a própria soberania e o livre arbítrio na hora de tomar as decisões que julgasse convenientes. O Brasil, então, sempre obstou iniciativas beligerantes anticubanas.

Por achar que a veemência com que eu discordava das atitudes azedas em relação a Cuba era sinal de que eu tivesse uma ligação com o Comandante, Felipe González *(então chefe do governo espanhol)* certa vez me procurou. Era um momento em que os dois, Felipe e Fidel, estavam um pouco afastados. Felipe vinha pedindo avanços no campo dos direitos humanos. Mas Fidel, segundo Felipe, estava lento na implementação de medidas que, se adotadas, permitiriam ao governo espanhol aumentar as linhas de crédito para Cuba.

Felipe vem a mim e diz: "Queria lhe pedir um favor – que você intermediasse uma conversa minha com o Fidel". Fiquei naquela dúvida: "Digo a Felipe que não tenho essa aproximação toda com o Fidel ou prossigo com o assunto?" Achei que deveria prosseguir. Eu me aproximei do Comandante para dizer que Felipe gostaria de ter um encontro com ele. De fato, os dois tiveram um encontro no apartamento em que eu estava hospedado, em Guadalajara, no México. Terminei dizendo a Felipe González: "Quero dizer que não tenho, com o Comandante, a aproximação que você julga que tenho. Vocês fiquem à vontade e se entendam e se acertem".

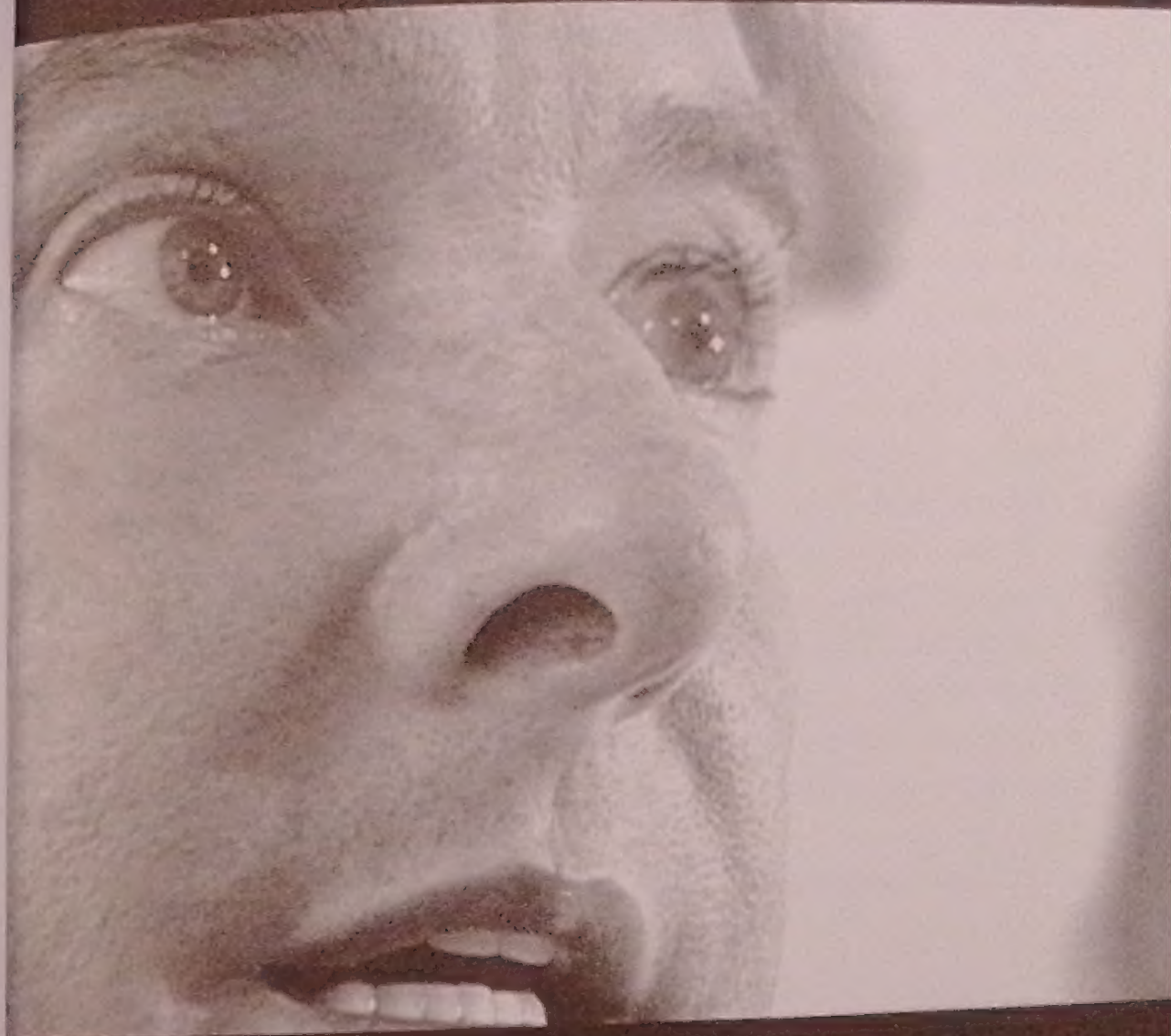
Do ponto de vista político, o que me impressionou muito em Cuba, que visitei depois de ter deixado a presidência, foram os avanços – inegáveis – que eles alcançaram no campo social e no campo esportivo.

Por que o senhor vem adiando tanto a publicação de suas memórias?

Recorro sempre ao que me disse o grande brasileiro, ex-deputado e ex-ministro do Tribunal de Contas da União, Thales Ramalho – de saudosa memória. Quando levei para Thales Ramalho, ainda em 1993, capítulos do livro que eu já estava escrevendo, ele começou a ler as páginas atentamente. Mas, à medida em que ia passando as páginas, meneava a cabeça, como quem diz: "Não estou aprovando muito..." Afinal, ele virou as páginas todas e me disse: "Presidente, o senhor não pode publicar esse material".

Eu perguntei: "Mas por quê, ministro?" E Thales: "Isto vai ser entendido, como de fato é, como um livro de memórias. Ora, memórias escrevem os que estão na ante-sala da morte. Não é o seu caso. Além disso, este livro vai gerar problemas porque os personagens estão vivos – e participando da política". Eu disse: "Mas essa não é a verdade? Não é a minha versão que todos tanto pedem para que eu dê, já que todos deram as versões que quiseram?" Ele: "O senhor vai ver que o tempo se encarregará de lhe dizer qual é o momento oportuno. O momento não é este".

De fato, ele tinha razão. Agora, em 2005, doze, treze anos depois, continuo acreditando que o momento ainda não é este para que seja publicado o meu livro.

Que problema de saúde o senhor escondeu do público quando estava na presidência?

"Disseram que o chefe do Gabinete Militar ministrava uma medicação para mim, todos os dias. Isso nunca aconteceu."

Nunca tive nenhum problema de saúde enquanto estava na presidência, a não ser estresse e cansaço. Mas nenhum problema como os que foram divulgados à época. Houve até uma revista semanal que publicou uma matéria com um desenho que mostrava onde é que se localizava, no aparelho digestivo, o problema gravíssimo e o mal de que eu padecia.

Disseram que o chefe do Gabinete Militar ministrava uma medicação para mim, todos os dias. Isso nunca aconteceu. Graças a Deus, sempre tive saúde boa. O que gerava problemas em relação ao que estaria ou não estaria acontecendo é que minhas corridas geravam sempre uma expectativa diante de alguma notícia ou de uma camiseta que eu portasse, com alguma frase ou mensagem. Quando, num domingo, eu não saía para fazer a tradicional corrida, dizia-se: "O que houve? Por que não saiu?" Eu simplesmente não estava com vontade de correr ou de caminhar naquele dia. Mas sempre achavam que existia, por trás de tudo, um motivo sério que me impedia de fazer a caminhada.

O senhor pode definir Fernando Collor em uma só palavra?

Coragem.

O senhor se sentiu excluído pelo fato de não ter sido convidado a participar da comitiva de ex-presidentes que foi a Roma com o presidente Lula para os funerais do papa João Paulo II?

Não. Deram ao fato uma importância maior do que ele merecia. Não, acho que não. O presidente escolhe quem deseja. Só acho que ele errou na maneira pela qual o convite havia sido feito. Disse que quis dar um caráter institucional ao convite aos ex-presidentes. Sob este aspecto, cometeu um erro, um equívoco. Mas, dentre tantos equívocos que Lula vem cometendo, este é menor. Lula poderia simplesmente ter feito os convites, sem anunciá-los de forma tão institucional, e tão pouco republicana, com tanta "pompa e circunstância".

O senhor chegou a trabalhar como repórter do Jornal do Brasil, *em Brasília. Que lembrança o senhor tem da época em que fazia o papel de repórter?*

Aquele foi um dos momentos de maior aprendizado de minha vida. Vi e senti, na prática, o que meu pai sempre me dizia: o jornalismo dá uma enorme abertura de idéias para nossas cabeças, para nosso espírito, para tudo. O exercício do jornalismo, portanto, é fascinante. Aprendi muito.

Se o senhor fosse convidado a escrever um verbete sobre Fernando Collor de Mello em uma enciclopédia, qual seria a primeira frase?

Um homem que encontrou um país comprometido com o atraso e deixou-o fadado ao sucesso.

"Cada um de nós é
do tamanho da onda
que nos carrega.
De repente, uma onda
enorme me leva até
uma ilha fantástica,
para presidir um
país fantástico como
o Brasil."